

AS PRINCIPAIS CORRENTES TEÓRICAS DA LINGUÍSTICA E OS ESTUDOS GRAMATICAIS

Amanda Maria de Oliveira¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é desenvolver um percurso teórico de modo a compreender os elos existentes entre os estudos linguísticos acerca das distintas concepções de língua e os modelos gramaticais propostos. Para tanto, discutimos os principais aspectos teóricos de cunho estruturalista, gerativista e funcionalista, ao mesmo tempo em que desenvolvemos discussões acerca dos modelos teóricos apresentados à luz das diferentes concepções de língua. Concluimos que a língua é compreendida segundo pontos de vista distintos e que as gramáticas, por conseguinte, procuram explicar seu funcionamento a partir de propostas diferentes. Acreditamos na relevância do presente estudo na medida em que busca esclarecer aspectos linguísticos que subsidiam diversas práticas que tem como objeto de estudo e análise, a língua.

Palavras-chave: concepções de língua; aspectos teóricos; modelos gramaticais.

ABSTRACT: The objective of this work is to develop a theoretical course in order to comprehend the connections that exist between linguistic studies about different understandings of language and the grammatical models proposed. We discuss about the main theoretical aspects of structuralism, generativism and functionalism, as well as we discuss about its theoretical models. We concluded that the language is understood by different points of view and the grammars, consequently, aim to explain them by distinct proposals. We believe this work is relevant to the extent that aims to clarify the linguistic aspects that are bases to many practices involving the language.

Keywords: language understandings; theoretical aspects; grammatical models.

Introdução

A compreensão acerca das distintas concepções de língua e seus respectivos modelos teóricos fornece subsídios para o desenvolvimento de trabalhos e pesquisas situados em diversos contextos. Seja no âmbito da pesquisa acadêmica, seja na prática de ensino, esse conhecimento se faz necessário na medida em que fornece o alicerce para o desenvolvimento da análise linguística

¹ Graduanda do V nível do curso de Letras – Língua Portuguesa, Língua Inglesa e respectivas literaturas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – amandahmo@hotmail.com.br

a diferentes níveis e frente a objetivos distintos, como também deve oferecer subsídios para a prática de ensino e aprendizagem de línguas. No segundo caso, a postura adotada no processo de ensino é subsidiada pela concepção de língua e pelos respectivos modelos teóricos.

Nesse sentido, os estudos linguísticos dão subsídio às diversas práticas que envolvem a análise e o estudo da língua. No entanto, existem diversas propostas teóricas, situadas no âmbito da linguística, que adotam concepções de língua distintas, posto que buscam compreendê-la segundo variados percursos. Além disso, os modelos teóricos, denominados gramáticas, surgem com base nesses estudos, apresentam variados pontos de vista acerca do funcionamento ou da realidade da língua e possuem objetivos distintos.

Frente à importância dessa compreensão para o desenvolvimento de atividades e pesquisas situadas nos mais distintos contextos, buscamos entender as ligações existentes entre os estudos linguísticos referentes a determinadas concepções de língua e os modelos gramaticais propostos à luz desses caminhos teóricos, com o objetivo de estabelecer elos entre ambos. Para tanto, revisitamos, no decorrer do artigo, abordagens teóricas referentes ao estruturalismo, ao gerativismo e ao funcionalismo, assim como os respectivos conceitos de gramática. Recuperamos as considerações de Bunzen (1999); Cipro Neto; Infante, (2008); Costa (2009); Ferraz; Oliven, (2011); Ilari, (2005); Martelotta (2009); Sarmiento (2005) e Saussure (2006[1916]) no tocante ao estruturalismo e considerações acerca da gramática tradicional. Quanto aos aspectos teóricos referentes ao viés gerativista, retomamos as pesquisas desenvolvidas por Kenedy (2009); Martelotta (2009); Perini (1976) e Santos (2002) e, sobre as pesquisas de cunho funcionalista, baseamo-nos nas discussões de Cunha (2011); Moura Neves (1997); Paveau; Sarfati (2006) e Perini (2006).

O percurso teórico desenvolvido no presente artigo está organizado em três diferentes seções. Na primeira seção, trazemos considerações acerca do estruturalismo, em consonância com a concepção de gramática tradicional e os principais traços que a caracterizam. Na segunda seção, buscamos explicitar os subsídios teóricos do gerativismo, assim como desenvolver uma discussão acerca do modelo gramatical da referida teoria. A terceira seção traz considerações acerca do viés funcionalista, especificamente no que se trata de aspectos teóricos e gramaticais, sendo que levamos em conta os modelos propostos pela gramática funcional e pela descritiva.

2. Princípios básicos do estruturalismo e a gramática tradicional

Frente às diferentes concepções de língua, são propostos diferentes modelos teóricos que apresentam objetivos distintos, uma vez que buscam descrever o sistema linguístico, ou, em outros casos, sistematizá-lo. Uma dessas gramáticas é denominada atualmente normativa ou tradicional, que é empregada nas escolas e nas aulas de línguas como meio de prescrever regras, segundo as construções consideradas corretas e aceitas pela norma culta. Sendo assim, o objetivo da gramática tradicional, diferentemente de outros modelos teóricos, não é a sistematização da língua, mas a prescrição de regras. Na constituição da referida gramática, são identificadas aproximações em relação à concepção estruturalista, posto que compreende a língua como um sistema homogêneo, assim como possui, também, considerações de base filosófica.

Em relação à proposta da gramática tradicional, vale salientar que não é considerada científica, uma vez que almeja prescrever regras e não é objeto de estudo científico. Além disso, o linguista não exclui variantes consideradas desvios da norma-padrão, pois leva em conta as variações que ocorrem na língua, diferentemente do que se faz presente na gramática em questão.

No que se refere à base filosófica da gramática tradicional, de acordo com Martelotta (2009), a preocupação inicial reside na compreensão da relação entre linguagem, pensamento e realidade. Busca-se, dessa maneira, explicar algumas questões como, por exemplo, a relação entre as palavras e o mundo, ou seja, se elas refletem a realidade a seu redor, ou são arbitrárias, convencionais.

Em adição, outra característica da gramática tradicional que tem origem nesse mesmo período é o seu caráter normativo. Martelotta (2009, p.46) explica que, “ao lado dessa preocupação de caráter filosófico, a gramática grega apresentava uma preocupação normativa, ou seja, assumia a incumbência de ditar padrões que refletissem o uso ideal da língua grega.” Nesse sentido, o caráter normativo da gramática tradicional tem origem nas reflexões filosóficas desenvolvidas já na Antiguidade Clássica e dos interesses relacionados à manutenção da língua considerada pura.

A gramática normativa apresenta, além da base filosófica já discutida, aproximações no que se refere à compreensão da língua enquanto estrutura. Esses traços do estruturalismo podem

ser identificados na medida em que buscam explicar as unidades que compõem o sistema e de que maneira se combinam, levando-se em conta a norma-culta.

Quanto ao estruturalismo, esta corrente tem como marco inicial a publicação do *Curso de Linguística Geral* (1916), que dá início ao desenvolvimento dos estudos de cunho estruturalista. Essa obra traz as discussões de Ferdinand de Saussure, precursor do estruturalismo, por meio de anotações de seus alunos. Pioneiro na vertente estruturalista, Saussure (2006[1916]) propõe que a língua constitui um sistema regido por regras internas que obedecem à determinada orientação de funcionamento, ao mesmo tempo em que exclui as influências externas, uma vez que a língua deve ser estudada, segundo a referida concepção, enquanto sistema autônomo. Dentro do sistema, o valor de dado elemento é atribuído na oposição que ele mantém em relação às outras unidades, ou seja, com o sistema como um todo. As regras que regem o funcionamento do sistema, segundo Costa (2009) são adquiridas no convívio social, dentro da comunidade linguística a qual o falante pertence. O sistema, internalizado na fase de aquisição da linguagem, é que permite a compreensão mútua entre os falantes de dado grupo.

Para explicar a natureza das unidades que formam o sistema, Saussure (2006[1916]) propõe que seus elementos têm seu valor a partir da oposição que mantêm com as demais unidades e constituem signos linguísticos. O signo, segundo a concepção estruturalista, possui duas faces indissociáveis, denominadas significante e significado. Segundo Saussure (2006[1916]), o significante não está relacionado ao som material, mas na impressão psíquica, ou seja, não é compreendido como a pronúncia, mas como a representação mental. Acerca do significado, o autor explica que é remetido pelo significante, pela impressão psíquica do som.

Em adição, o referido autor atribui a arbitrariedade ao signo, uma vez que a relação entre significado e significante é imotivada. Entretanto, a noção de arbitrariedade, de acordo com Saussure (2006[1916]), não deve ser compreendida como passível de escolha por parte do falante, mas sim que, embora o significante e significado estejam em uma ligação inseparável, essa relação não é motivada. A arbitrariedade do signo linguístico é explicada da seguinte forma por Saussure, na passagem retirada de sua obra *Curso de Linguística Geral* (2006[1916], p.83):

A palavra *arbitrário* requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala [...]; queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o

qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2006 [1916], p.83, grifos do autor).

A concepção de língua enquanto estrutura internalizada pelos falantes é explicada por Saussure (2006[1916]) através de “distinções teóricas” (ILARI, 2005, p. 57) que colocam alguns conceitos em oposição. Uma dessas dicotomias está presente na oposição língua e fala, na qual a primeira compreende as regularidades do sistema, ou seja, as regras da língua comuns a todos os falantes. A língua constitui o objeto de estudo da linguística, posto que é invariável. Já a segunda é entendida como realização individual, que pode sofrer variações e, portanto, não é considerada material de pesquisa para os seguidores do estruturalismo.

Ao retomar o princípio de que a língua consiste em um sistema articulado e regido por regras internas, Saussure (2006[1916]) traz as relações sintagmáticas e paradigmáticas como meio de explicar o funcionamento do sistema, ou seja, de que maneira as regras regem a organização das unidades. Assim, são propostas duas relações que ocorrem concomitantemente e determinam as construções gramaticalmente possíveis. Dado o caráter linear da transmissão dos signos linguísticos, as unidades, nos diversos níveis, são organizadas por diversas articulações entre sintagmas. Dessa proposta são compreendidas as relações sintagmáticas, que, conforme traz Costa (2009, p.121), “devemos, portanto, entender como sintagmáticas as relações *in praesentia*, ou seja, entre dois ou mais termos que estão presentes (antecedentes ou subsequentes) em um mesmo contexto sintático.”. Nessa perspectiva, as relações sintagmáticas determinam a distribuição das unidades em sequência e de forma linear, em diversos níveis e que sejam compreendidas pelas regras gramaticais.

No que concerne às relações paradigmáticas, são definidas, segundo Saussure (2006[1916]), como a oposição que ocorre entre a unidade inserida em determinado contexto e as outras que poderiam ocupar a mesma posição, que são recuperadas por meio da associação. Essas unidades ausentes são suscitadas pelo falante, pois, por pertencerem ao mesmo grupo do termo presente e apresentarem semelhanças, poderiam ocupar o mesmo contexto. Dessa maneira, as mudanças provocadas no eixo paradigmático causam alterações de sentido no eixo sintagmático. Saussure (2006[1916], p.146) compara os dois tipos de relações da seguinte maneira: “Enquanto um sintagma suscita em seguida a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado

de elementos, os termos de uma família associativa não se apresentam nem em número definido nem numa ordem determinada.”

Pode-se compreender, dessa maneira, que a relação entre as unidades do sistema não é aleatória, mas regida por regras que permitem construções aceitáveis e possíveis. Martelotta (2009) explica que essas regras são adquiridas, segundo a presente concepção, na comunidade linguística do falante, daí seu caráter social, e permitem a compreensão mútua. No entanto, apesar do caráter social, o emprego individual não permite ao falante realizar modificações no sistema.

A partir da compreensão da base filosófica da gramática tradicional, que lhe atribui o caráter normativo, assim como sua aproximação ao viés estruturalista no que se refere à compreensão da língua enquanto estrutura, é possível entender quais os conceitos que perpassam sua constituição e organização. Primeiramente, compreende-se que cada abordagem gramatical parte de uma concepção de língua, ou seja, cada teoria oferece uma concepção de língua diferente e a compreende segundo diferentes caminhos. Frente a essa compreensão, trazemos, primeiramente, as definições de língua e gramática apresentadas pelas gramáticas normativas. Sarmiento (2005) define língua da seguinte maneira:

A língua é um instrumento de comunicação, ou seja, é um sistema de sinais vocais e, muitas vezes, gráficos, pertencentes a uma comunidade ou a um grupo social. A língua, portanto, pode sofrer modificações apenas pela ação da comunidade e não de um único indivíduo. (SARMENTO, 2005, p. 12)

Além disso, a autora ainda afirma que, além de possuir um bom vocabulário, é necessário que se conheça, também, as leis, ou seja, as regras de combinação das unidades da língua, para que haja compreensão mútua e a comunicação se dê de forma efetiva. Essa mesma concepção pode ser identificada em outras gramáticas normativas, como por exemplo, a de Cipro Neto e Infante (2008), na qual os autores concebem a língua como sistema de signos que é convencionado e empregado por determinado grupo social. Pode-se depreender que a gramática normativa recupera os pressupostos estruturalistas ao trazer tal definição de língua, conforme é explicado no decorrer da seção. Nessa perspectiva, a língua consiste em uma estrutura organizada segundo determinados princípios.

Em relação à conceituação da norma empregada pelas gramáticas como base para a explicitação de regras, são identificadas definições semelhantes. Sarmiento (2005) traz a seguinte acepção: “Norma culta ou norma-padrão é a variedade linguística de maior prestígio social usada numa comunidade.” (SARMENTO, 2005, p.18). A autora, embora destaque que a norma culta consiste apenas em uma das variedades da língua que o falante pode empregar mediante dada situação, ressalta que essa variante é ensinada nas escolas e é a mais prestigiada dentre as diferentes formas de emprego da língua. Dessa maneira, o principal objetivo da gramática normativa é a prescrição de regras que permitam o acesso à norma culta, também denominada em algumas gramáticas por norma-padrão.

Outro exemplo pode ser identificado na gramática escrita por Cipro Neto e Infante (2008), a qual segue a mesma concepção dominante até o momento. No tocante ao conceito de gramática, os autores trazem a seguinte definição:

A gramática normativa estabelece a **norma culta**, ou seja, o padrão linguístico que socialmente é considerado modelar e é adotado para ensino nas escolas e para a redação dos documentos oficiais. [...] Nas línguas que têm forma escrita, como é o caso do português, o papel da gramática normativa é apontar o que configura a existência de um padrão linguístico uniforme [...] (CIPRO NETO; INFANTE, 2008, p. 14-15, grifos dos autores).

A gramática normativa, de acordo com as definições identificadas nas diferentes gramáticas, compreende a língua como um sistema, e, dessa forma, aproxima-se da compreensão de língua apresentada pelo estruturalismo, e que a comunicação só é possível a partir do domínio, por parte do indivíduo que interage em dada comunidade linguística, das regras de funcionamento desse sistema. O domínio dessas regras permite, segundo os autores, que o falante tenha acesso à norma culta, tida como modelo a ser seguido pelas gramáticas tradicionais, que prescrevem as regras da referida variante. Dessa forma, conhecer o funcionamento do sistema significa conhecer o modo correto e aceito, segundo a variante discutida, de construir sentenças.

Essa gramática, por ter como objetivo a prescrição de regras que satisfazem à norma-padrão da língua, recebe diversas críticas, seja pela metodologia adotada, seja pelo preconceito linguístico que está intrínseco à ideia da manutenção de uma norma prestigiada socialmente, em detrimento das demais variantes. Bunzen (1999) discute os diferentes conceitos de gramática

através da análise de seções variadas que compõem livros didáticos distintos, e constata que a postura adotada em relação ao ensino de gramática depende da concepção de língua adotada pelo livro didático e de que maneira o professor emprega esse livro, ou seja, se o livro constitui, para o educador, apenas um meio de apoio ou é utilizado como suporte exclusivo, do qual se extrai e repassa o conteúdo de forma passiva. Assim, fica evidente a necessidade de se compreender, em primeiro lugar, qual concepção de língua a ser adotada. Constatou-se, no entanto, que a postura passiva frente às propostas trazidas pelos livros prevalece e que outras abordagens ainda encontram pouco espaço na prática de ensino da Língua Portuguesa.

Outra característica atribuída à gramática normativa é que exerce um percurso essencialmente metalinguístico, ou seja, busca explicitar e classificar os elementos constituintes da língua. Apesar de ser bastante criticada, essa metodologia de ensino de Língua Portuguesa ainda tem na gramática tradicional a principal orientação acerca do estudo e domínio da língua. Ferraz e Oliven (2011) trazem essa discussão à tona ao explicarem que, apesar de haver diferenças entre as concepções de gramática, o ensino se restringe à análise classificatória, pois volta-se somente para a estrutura gramatical da língua, proposta que vem sendo reformulada em diversas áreas de pesquisa.

Como meio de exemplificar a análise feita das formas na gramática normativa, assim como a maneira pela qual a referida gramática prescreve as regras, são explicitados alguns conceitos referentes à estrutura e formação de palavras de acordo com o viés da tradicional. No que se refere à gramática de Sarmiento (2005), a autora pontua que “**morfemas** são unidades mínimas significativas das palavras.” (SARMENTO, 2005, p.91, grifos da autora). Por conseguinte, a autora traz a conceituação dos elementos mórficos separados por caso.

Quanto ao conceito de afixo, pode-se perceber que a concepção de língua enquanto sistema está intrínseca à proposta trazida por Sarmiento (2005). A autora explica que os afixos são elementos que se juntam a um radical e têm determinada função, ou seja, recupera a noção das relações sintagmáticas anteriormente discutidas, relacionadas à distribuição linear das unidades.

Além disso, a concepção de paradigma também está presente na medida em que há determinados afixos que podem ser substituídos por outros que não estão presentes na estrutura. Em outra gramática escolar, a conceituação trazida se assemelha a que é pontuada por Sarmiento

(2005). Cipro Neto e Infante (2008) discutem que os morfemas são acrescentados antes ou depois das palavras e isso têm como consequência a mudança de sentido.

Assim, depreende-se, a partir dos exemplos que são mencionados no decorrer da seção, que as regras prescritas nas gramáticas normativas veem a língua enquanto estrutura, dado que as relações sintagmáticas e paradigmáticas são suscitadas à medida que os autores explicitam a organização linear das referidas unidades. Além disso, a concepção de língua adotada pelas gramáticas apresenta traços estruturalistas, posto que a língua é compreendida enquanto sistema. Em adição, a referida gramática prescreve regras consideradas corretas e pertencentes à norma culta. Esse objetivo tem origem nos estudos de base filosófica, que traçam os primeiros caminhos em busca de atingir finalidades semelhantes.

3. Os estudos gramaticais à luz da teoria gerativa

Além do estruturalismo, outra abordagem que representa um marco nos estudos linguísticos é denominada gerativismo. Essa teoria tem como precursor o linguista norte-americano Noam Chomsky, que firma o início dos estudos gerativistas com a publicação do livro *Estruturas Sintáticas* (1957). O autor traz, com a referida abordagem, uma compreensão de língua distinta da proposta no estruturalismo – embora receba influências dessa corrente –, dado que a preocupação não é mais a descrição do sistema em si, mas o aspecto cognitivo, pois consiste em um estudo de base mentalista. O modelo teórico elaborado pelo gerativismo, que busca explicar o funcionamento da linguagem, é denominado gramática gerativa, com base formalista e de caráter científico.

A questão central da abordagem gerativista gira em torno da faculdade da linguagem, e é também esse aspecto que a diferencia da proposta estruturalista, uma vez que a última leva em conta o estudo sincrônico do sistema de regras, e não a capacidade da linguagem, ou seja, o aspecto cognitivo. Diferentemente do que Saussure (2006[1916]) propõe, o gerativismo considera que a linguagem é inata ao ser humano, e não um sistema adquirido socialmente, em função do contato com a comunidade linguística. Assim, o gerativismo preocupa-se em entender e explicar o funcionamento desse aspecto biológico, que é a competência linguística.

Dessa maneira, conforme pontua Kenedy (2009, p.129), “[...] as línguas deixam de ser interpretadas como um comportamento socialmente condicionado e passam a ser analisadas como uma faculdade mental inata. A morada da linguagem passa a ser a mente humana.”. Nesse sentido, o objeto de estudo deixa de ser o sistema e os elementos que o compõem, para buscar a compreensão racional do aspecto cognitivo, ligado à faculdade da linguagem.

De modo a delimitar o objeto de estudo adotado pelo gerativismo, são propostas dicotomias, sendo que, assim como no estruturalismo, apenas uma delas constitui material de pesquisa. A principal dicotomia proposta pelo precursor do gerativismo consiste, de acordo com Perini (1976), na oposição entre competência e desempenho. Em relação à primeira, é considerada a capacidade linguística inata ao ser humano, e, portanto, objeto de estudo do gerativismo, posto que os modelos teóricos criados buscam justamente explicar essa competência. O desempenho diz respeito ao uso e, conseqüentemente, há variações causadas por diversos motivos extralinguísticos, o que não faz parte do interesse dos gerativistas. Assim, a preocupação dessa teoria linguística é essencialmente cognitiva.

Segundo Santos (2002), o gerativismo propõe que a faculdade da linguagem é inata, ou seja, todo ser humano nasce com um dispositivo que abarca todas as regras de qualquer língua. No entanto, ainda de acordo com a autora, o contato com uma comunidade linguística específica permite que a criança desenvolva o conhecimento sobre determinado idioma. Em outras palavras, a capacidade inata parte de seu estado inicial e universal para o conhecimento de uma língua específica, sendo que essa capacidade é desenvolvida graças à exposição a um dado ambiente. Esse conhecimento comum a todos os falantes, em seu estágio inicial, é denominado, com o aprofundamento dos estudos na área, Gramática Universal. A exposição a um determinado ambiente permite que a criança, segundo a autora, selecione as regras de uma língua específica.

Para explicar o funcionamento da linguagem na mente humana, os estudiosos da vertente gerativista propõem diferentes modelos teóricos, que constituem a gramática denominada gerativa. Vale esclarecer, antes de discutirmos os modelos propostos pela referida gramática, que o caminho investigativo adotado é de cunho científico, diferentemente da proposta da gramática normativa. Neto (2005) defende que o percurso da GG² constitui um “Programa de Investigação Científica” e, embora não justifique o porquê de considerá-lo como tal, pontua que, ao ter como

² Utilizamos, no decorrer do artigo, a expressão “GG” ao nos referirmos à gramática gerativa.

objetivo principal a construção de modelos computacionais que possam explicar o comportamento linguístico e a natureza da mente e cérebro no decorrer desses processos, a gramática gerativa tem caráter científico, uma vez que, com o avanço dos estudos, os modelos vão sendo reelaborados e aprofundados. Assim, o autor discute que:

No fundo, o que a GG pretende é a construção de um mecanismo computacional capaz de formar e transformar representações, que “simule” o conhecimento linguístico de um falante de uma língua natural, “registrado” em sua mente/cérebro. (NETO, 2005, p.97, grifos do autor).

O principal modelo apresentado pela gramática gerativa propõe que a sintaxe é o elemento fundamental da gramática, pois gera sentenças que são interpretadas no plano semântico, e pronunciadas, o que interessa aos estudos fonológicos. Assim, segundo esse modelo, para que o falante possa se comunicar, é necessário que domine um sistema de regras de natureza sintática, compreendidas pelo conhecimento inato ao ser humano. Interessa, portanto, à gramática gerativa, explicitar essas regras.

Perini (1976) faz um percurso no qual mostra de que maneira esse conhecimento funciona e como é regido por essas regras, denominadas transformacionais. A principal proposta é a de descrever regras que deem conta das particularidades e, ao mesmo tempo, tenham caráter geral. Para tanto, o autor explica que há, além da estrutura que se realiza ao formularmos frases, denominada Estrutura Superficial³, uma estrutura adjacente, chamada Estrutura Profunda. À EP, são aplicadas regras de transformação que a convertem em uma ES. A formulação dessas transformações busca mostrar as regularidades que subjazem a ES, ou seja, identificar princípios gerais que deem conta dessas transformações.

Ao propor a existência de diferentes estruturas que estão inter-relacionadas, cabe então explicar de que maneira ocorre a ligação entre ambas e como essas transformações ocorrem. Primeiramente, é necessário esclarecer que a interpretação semântica é feita somente na EP, e não na ES; portanto, as transformações não alteram o sentido da sentença. Além disso, uma EP pode gerar mais de uma ES. Partindo-se desse pressuposto, Perini (1976) explica a formulação das

³ Referimo-nos, no decorrer do artigo, à Estrutura Profunda e à Superficial, respectivamente, como EP e ES.

transformações e os diferentes tipos de regras que deem conta dos fatos e, ao mesmo tempo, se complementem. Esse primeiro momento dos estudos gerativistas tem como principal foco a explicação do funcionamento do sistema e busca esclarecer como ocorre esse processamento cognitivo.

Um exemplo de transformação proposta nesse modelo do gerativismo consiste na “Supressão do Sujeito Idêntico”⁴. Nesse processo, são aplicadas transformações à EP e, ao final, é formada uma ES gramatical⁵. A regra de SSI é definida por Perini (1976, p.69) da seguinte maneira: “Suprimir o sujeito de uma oração subordinada quando este for idêntico a qualquer sintagma nominal presente na oração principal.” Juntamente com a regra de SSI, outra transformação deve ser aplicada para que se possa ter a estrutura superficial, que consiste na Concordância Verbal. De acordo com o autor, uma EP como [Antonio querer [Antonio sambar com a Portela]]⁶, sofre diferentes transformações. Primeiramente, há a supressão do SSI da oração subordinada, uma vez que é idêntico ao da oração principal.

Por conseguinte, é aplicada a transformação de CV ao verbo “querer”. Ao ser aplicada após a SSI, essa transformação só afeta o verbo da oração principal, posto que o da oração subordinada se encontra suprimido. Dessa maneira, a ES é gramatical e realiza-se da seguinte maneira: [Antonio quer sambar com a Portela]⁷. Essas regras, no entanto, devem ser aplicadas a todas as situações em que houver condições para tanto, e não em uma situação específica. É essa a preocupação da gramática gerativa nesse momento: propor regras que sejam aplicadas de forma geral, para que, dessa maneira, pertençam de fato à língua.

As regras de transformação fazem parte da competência do falante, que conforme tratado no início da seção, são inatas ao ser humano. No entanto, a gramática gerativa levanta outra questão referente ao conhecimento internalizado: como é possível que o sujeito falante tenha conhecimento de um número infinito de estruturas profundas, frente à impossibilidade de tal

⁴ Utilizamos as supressões SSI e CV quando nos referirmos, respectivamente, à “Supressão do Sujeito Idêntico” e à “Concordância Verbal”.

⁵ Perini (1976), ao trazer o conceito de gramaticalidade, confronta-o com o de aceitabilidade. O autor traz que a primeira relaciona-se à competência e, portanto, diz respeito às sequências pertencentes à determinada gramática. As sequências que não pertencem à gramática são denominadas agramaticais. A aceitabilidade, por seu turno, está relacionada ao desempenho e é essencialmente intuitiva.

⁶ Exemplo empregado por Perini (1976) no decorrer da obra, como forma de exemplificar os diversos tipos de transformações.

⁷ Exemplo também apresentado por Perini (1976).

feito? Perini (1976, p. 151) responde esse questionamento da seguinte maneira: “[...] ainda que ninguém possa aprender um número infinito de elementos, é possível aprender um número finito de **instruções** que permitem a construção de um número infinito de objetos.” (PERINI, 1976, p.151, grifos do autor).

Essas regras são chamadas componentes de base e são adjacentes às EPs. Ao componente de base, liga-se, por fim, ainda outra categoria, denominada léxico. Esse componente realiza a inserção de itens em determinados lugares, sendo que essa inserção deve obedecer a determinadas restrições. São, portanto, o componente de base, juntamente com o léxico, que geram a EP, a qual sofre transformações e dá origem à ES. É esse, portanto, o principal modelo proposto pela gramática gerativa.

Conforme discutimos no início da seção, no entanto, o modelo gerativista sofre algumas adaptações frente à necessidade de aperfeiçoar as explicações do funcionamento da faculdade inata da linguagem. Uma das mudanças diz respeito à concepção de Gramática Universal. O conceito da GU é aperfeiçoado, e outra teoria é proposta, denominada Teoria dos Princípios e Parâmetros. A GU passa a ser entendida como um “conjunto das propriedades comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre elas que são previsíveis segundo o leque de opções disponíveis na própria GU.” (KENEDY, 2009, p.135).

A referida teoria diz respeito aos princípios e parâmetros de determinada língua, proposta que explica a aquisição da linguagem por meio da atribuição de valores que devem ser marcados em dada língua. Santos (2005) explica que os princípios são propriedades comuns a todas as línguas, ou seja, são características universais, enquanto que os parâmetros consistem nas variações, uma vez que são pertinentes a dados idiomas. Esses parâmetros, ou seja, os valores, são as especificidades da língua que a criança está adquirindo e que são demarcados à medida que há o contato com certa língua.

Em suma, o principal interesse do gerativismo reside na compreensão e explicação do funcionamento da linguagem enquanto capacidade inata. Para tanto, essa abordagem inova ao deixar de lado o estudo da língua por si mesma enquanto sistema e propõe que seja descrita e explicada essa competência, que, conforme propõem os adeptos da vertente gerativista, está além do sistema da língua. No entanto, apesar de ser considerado um marco nos estudos linguísticos, a teoria gerativa se vale das considerações do estruturalismo, estudo anterior ao gerativismo, para a

elaboração dessa nova proposta, uma vez que, à semelhança do que ocorre no estruturalismo, a língua é vista como um sistema e o principal objetivo é delimitar seu funcionamento. No entanto, o viés gerativista busca compreender esse sistema a partir de outra perspectiva.

Assim como o estruturalismo, discutido na seção anterior, o gerativismo tem base formalista, isto é, compreendem a língua enquanto sistema, que apresenta uma estrutura organizada. No entanto, a língua não é estudada apenas no âmbito formal da linguística, uma vez que há outra vertente, denominada funcionalismo. Diferentemente do formalismo, o funcionalismo considera a língua um objeto social, assim como procura entender sua função levando-se em conta o uso.

4. O ponto de vista funcionalista nos estudos gramaticais

Segundo Moura Neves (1997), o funcionalismo busca, em termos gerais, entender a organização da gramática das línguas segundo o propósito do uso. Dito de outra maneira, no funcionalismo, o propósito comunicativo e a diversidade de usos da linguagem, empregada em diferentes contextos, subjaz a ordem interna das línguas. Dessa maneira, a língua não é um sistema autônomo, pois sua organização está submetida às intenções comunicativas, posto que ambos os aspectos são inter-relacionados, segundo o viés funcionalista.

Ao se fazer uma comparação entre as correntes discutidas anteriormente, ou seja, o estruturalismo e o gerativismo, percebe-se que o funcionalismo representa uma ruptura em relação à concepção de língua. A primeira diz que o sistema linguístico é internalizado a partir das relações sociais que um sujeito mantém inserido na sua comunidade linguística. Já a segunda compreende a língua enquanto inata ao ser humano, desenvolvida a partir de sua maturação biológica. Nessa perspectiva, ocorre uma separação no que diz respeito tanto à concepção de língua quanto aos estudos que buscam compreender seu funcionamento, em relação às propostas que são discutidas nas seções anteriores.

Contrariamente a essas propostas, o funcionalismo compreende que é a necessidade de uso da língua que prevê sua aprendizagem, ou seja, “[...] a língua não constitui um conhecimento autônomo, independente do comportamento social, ao contrário, reflete uma adaptação, pelo falante, às diferentes situações comunicativas.” (CUNHA, 2011, p.158). Assim, é partir das

atividades comunicativas e da necessidade de desenvolver a habilidade para realizar tais práticas que ocorre o processo de aquisição da linguagem. Percebe-se, dessa maneira, que a língua não é uma estrutura autônoma, como propõe o estruturalismo, mas diretamente ligada às diferentes situações de comunicação e as necessidades daí advindas. Em adição, o funcionalismo também apresenta modelos teóricos, denominados gramática funcional e gramática descritiva, ambos de caráter científico.

Um dos conceitos que perpassa diversas propostas situadas no escopo funcionalista é o de função. No entanto, Paveau e Sarfati (2006) esclarecem que a noção de função, no âmbito da linguística, não está de todo definido, mas a conceituam, de forma geral, como “a tarefa atribuída a um elemento linguístico estrutural (classe, mecanismo) para atingir um objetivo no quadro da comunicação humana.” Em adição, as autoras ressaltam que há diversas tipologias que buscam esclarecer o funcionamento da língua enquanto sistema de comunicação social, e seguem caminhos de certa maneira distintos.

Partindo-se dessa compreensão, pode ser apreendida a questão central de que trata a gramática funcional, ou seja, de que maneira o referido modelo teórico busca sistematizar o sistema linguístico. De maneira geral, a gramática funcional busca elucidar a relação entre as intenções do falante na comunicação, ou seja, as circunstâncias de uso, e, em conjunto, entender como essa intencionalidade se reflete na organização da frase. Uma conceituação mais aprofundada é desenvolvida na Escola Linguística de Praga, que propõe, de acordo com Moura Neves (1997), um estudo que não esteja restrito à descrição das funções gramaticais – proposta identificada em outros modelos teóricos -, mas leve em conta, também, a situação de comunicação. Assim,

[...] dedicou-se atenção especial à “perspectiva funcional da frase”, ou seja, à organização das palavras nas frases, vista na sua função de organização da informação. A frase é reconhecida, desse modo, como uma unidade susceptível de análise não apenas nos níveis fonológico, morfológico e semântico, mas também no nível comunicativo. (MOURA NEVES, 1997, p.18)

A gramática funcional, de acordo com a concepção discutida na presente seção, pode ser explicada, segundo Moura Neves (1997), através de diferentes modelos. Assim, retomamos as discussões da referida autora acerca dos modelos apresentados por Halliday (1961), que utilizamos como forma de explicar, de forma simplificada, a gramática em questão. O primeiro

modelo teórico proposto pelo autor é denominado sistêmico-funcional, no qual alia a compreensão funcionalista da língua à gramática enquanto composta por diferentes sistemas. Dentro de cada sistema, são feitas escolhas mediante o propósito comunicativo do falante, dado que este se reflete no sistema linguístico.

A partir desse pressuposto, de acordo com Moura Neves (1997), o objetivo consiste em entender as funções que as unidades exercem dentro do sistema, já que a organização de itens lexicais tem, por fim, a construção de sentidos. Assim, “a gramática é, afinal, o mecanismo que liga umas às outras as seleções significativas que derivam das várias funções da linguagem, e as realiza numa forma estrutural unificada.” (MOURA NEVES, 1997, p.60). Essa proposta considera que a construção de sentidos não pode ser compreendida através da interpretação das unidades independentemente, mas sim as combinações que exercem funções semânticas. No entanto, esse modelo teórico é reformulado e dá lugar a outra proposta.

Além desse modelo, Moura Neves (1997) discute outro modelo do mesmo autor, denominado perspectiva funcional da sentença. Essa proposta, segundo a autora, é retomada por Halliday (1985) e representa uma revisão do modelo teórico exposto anteriormente. Nessa perspectiva, o que se leva em conta como ponto de partida são os diferentes usos da língua, que podem ser explicados por meio da gramática, uma vez que são as diferentes condições de comunicação que determinam as escolhas do falante na construção de sentenças.

A análise dos componentes formais parte essencialmente dos propósitos comunicativos. Moura Neves (1997, p.62) caracteriza-os a partir de duas funções, a citar: a “ideacional” e a “interpessoal”. A “ideacional” diz respeito à compreensão dos processos que ocorrem no ambiente, assim como os processos mentais, ou seja, é a representação da realidade. A função “interpessoal”, ainda segundo a autora, está relacionada com a influência que pode ser exercida sobre os outros. Ambos dependem das intenções do falante, uma vez que há diferentes intuídos ao se comunicar, o que ocorre no segundo caso.

Outro componente que está relacionado com os dois anteriormente citados, e de certa forma os engloba, é denominado “textual”. O texto parte de combinações semânticas, que são realizadas mediante construções gramaticais específicas, ou seja, são as combinações que, por conseguinte, exercem determinado papel semântico e constroem a significação. Dessa forma, as

funções “ideacional” e “interpessoal”, de acordo com Moura Neves (1997) são multifuncionais e formam o sentido maior, o do texto.

Em síntese, segundo Moura Neves (1997), o modelo busca relacionar forma e significado, sendo que considera o contexto da comunicação, já que a proposta de Halliday, de forma geral, “estabelece relações entre as estruturas gramaticais de uma língua e suas funções.” (PAVEAU; SARFATI, 2006, p.125). Dessa maneira, segundo as considerações apresentadas, o estudo das formas não pode ser separado do contexto de uso, nem da estrutura a ser analisada, uma vez que é a intenção de uso da língua que implica em diferentes construções, ou seja, que motiva a seleção de determinadas palavras, e não outras.

Moura Neves (1997, p.74) sintetiza o objetivo da gramática funcional da seguinte maneira:

Uma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das sequências linguísticas, os significados que estão codificados por essas sequências. O fato de ser ‘funcional’ significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser ‘gramática’ significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem. (MOURA NEVES, 1997, p.74).

Além da gramática funcional, há outro modelo teórico compreendido pelo funcionalismo, denominado gramática descritiva. De acordo com Perini (2006), a proposta fundamental da gramática descritiva é descrever as regras de uma língua, sem, no entanto, preocupar-se em prescrever regras gramaticais. Segundo o referido autor, ao compreender que a gramática descritiva leva em conta não somente a norma-padrão, mas, em adição, as demais variações, entende-se que são considerados, também, os diferentes usos da língua. Nesse sentido, a referida gramática busca descrever a língua considerando as diferentes situações comunicativas em que o falante a emprega. A principal questão, nesse caso, é explicitar a função que determinada unidade exerce dentro do sistema linguístico, uma vez que as unidades são descritas conforme as funções que lhes são atribuídas.

Perini (2006) propõe um percurso de estudo, no qual explica como o sistema é descrito de acordo com a referida gramática, por meio de um *corpus* composto por exemplificações de uso da fala em contextos diversos. A partir desse *corpus*, o modelo teórico em questão busca

descrever as formas da língua. Para tanto, com base na observação dos fatos, procura constituir regras que sejam ao mesmo tempo gerais e que deem conta dos fatos linguísticos, considerando-se as diferentes formas de combinações que são possíveis.

No entanto, ainda de acordo com Perini (2006), a questão do significado não deve ser abandonada, uma vez que é a partir da combinação entre ambas que o falante pode se comunicar. Saber a forma não é suficiente, segundo a referida gramática, para que o emprego das regras se dê de forma efetiva, entendendo-se por regras as explicações das diferentes formas da língua utilizadas. A questão do significado, em conjunto com o estudo das formas, faz-se necessário na medida em que a definição de determinadas regras de combinações devem ser realizadas em combinações estruturalmente aceitas, e que ao mesmo tempo possuam sentido e sejam aceitas pelos falantes. Daí a importância do significado ser aliado ao estudo das formas, para a proposição de regras gerais.

No que se refere à relação entre as unidades, que são estudadas de acordo com diferentes relações que podem ocorrer entre elas, Perini (2006, p.205) explica-as da seguinte maneira:

Essas relações [existentes entre as unidades] podem se basear em diversos fatores: pode ser uma relação de ordem (uma unidade vem antes ou depois de outra); de presença de certos morfemas, [...]; ou de significado [...]. Em todos esses casos, diz-se que cada uma das palavras envolvidas tem uma **função** diferente. (PERINI, 2006, p.205, grifos do autor).

Partindo-se desse pressuposto, pode-se depreender que a função de dada estrutura, de acordo com a gramática descritiva, é atribuída segundo a relação entre os elementos, numa análise formal. No entanto, de acordo com Perini (2006), essa relação entre as unidades não exige necessariamente que todas elas estejam presentes em uma estrutura. Em outras palavras, a relação entre as unidades pode ser estabelecida entre (a) unidades que estão presentes e (b) associação entre elementos que não se encontram necessariamente na estrutura, mas que poderiam ocupar o mesmo contexto.

A análise formal, que inclui a definição da função de dado elemento em uma sentença, faz-se necessária, uma vez que a partir da compreensão do potencial funcional é que podem ser definidas as classes de palavras. De acordo com Perini (2006), uma palavra pode, por exemplo, desempenhar mais de uma função, e isso só pode ser afirmado a partir da observação da relação

entre dada palavra e as demais unidades. Essa compreensão permite, por conseguinte, a definição de classes. Se uma unidade pode exercer mais de uma função, e outro elemento fica restrito a apenas uma, a primeira deve ser incluída em uma classe diferente da segunda. Assim, classe e função devem ser aspectos intrínsecos na descrição da língua.

A partir da exposição desenvolvida, pode-se depreender que ambas as gramáticas buscam explicar o funcionamento de acordo com a função dos elementos dentro do sistema, levando-se em conta o contexto de uso. No que se refere à gramática funcional, segundo Moura Neves (1997), o propósito comunicativo é o ponto de partida para o estudo das unidades a nível formal e a língua deve ser vista, portanto, como instrumento de comunicação.

Em relação à gramática descritiva, de acordo com Perini (2006), esta também leva em conta a função dos elementos dentro do sistema nas mais diferentes interações e distintos usos da língua, e busca, dessa maneira, explicitar regras que englobem os fatos linguísticos de maneira geral. No entanto, diferentemente da gramática tradicional, não há prescrição de regras, mas explicação dos fatos da língua. A descrição leva em conta, primeiramente, o aspecto formal, sendo que, deve-se abarcar, também, o significado, para que possa ser feita uma explicação plausível.

Em síntese, entendemos que o funcionalismo difere do formalismo na medida em que compreende a língua enquanto objeto social, assim como busca entendê-la a partir de sua função, e não como sistema autônomo ou essencialmente cognitivo. Do escopo funcionalista surgem duas diferentes gramáticas, que são a funcional e a descritiva, sendo que cada modelo teórico busca explicar o funcionamento da língua segundo determinada perspectiva.

Considerações finais

O presente artigo busca, de forma simplificada, estabelecer elos entre os diferentes estudos linguísticos referentes à concepção de língua e os respectivos modelos gramaticais. O caminho de estudo que é desenvolvido mostra que as diferentes concepções adotam pontos de vista distintos no que se refere à conceituação de língua e, por extensão, às propostas gramaticais. No entanto, ainda é possível estabelecer ligações entre aspectos teóricos e gramaticais de concepções distintas, dado que todas apresentam traços estruturalistas, em maior ou menor

evidência. Assim, buscamos contemplar aspectos teóricos, juntamente com explicações acerca dos modelos gramaticais, para o desenvolvimento do presente estudo.

Referências

- BUNZEN, C. O tratamento do conceito de gramática nos livros didáticos. **Revista Ao pé da letra**. Pernambuco. v. 02. n.1. p. 1-8. 1999. <<http://www.revistaaopedaletra.net>>.
- CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Spicione, 2008.
- COSTA, M. A. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. P.113-126.
- CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011. P.157-176.
- FERRAZ, M. M. T.; OLIVAN, K. N. Gramática e formação do professor em língua materna: refletindo sobre o ensino e ensinando para a reflexão. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA, 7, 2011, Curitiba, PR. Anais do 7º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: Curitiba, fev. 2011. Anais do VII Congresso da Abralín. Curitiba: 2011. P.2234-2248.
- ILARI, R. O Estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005. P.53-92.
- KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. P.127-140.
- MARTELOTTA, M. E. Conceitos de Gramática. In: _____. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2009. P.43-70.
- NETO, J. B. O Empreendimento Gerativo. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005. P. 93-130.
- NEVES, M. H. M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PAVEAU, M.; SARFATI, G. E. Os estruturalismos funcionais. In: _____. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006. p.115-146.
- PERINI, M. A. **A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. Belo Horizonte: Vigília, 1976.
- _____. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

SANTOS, R. A aquisição da linguagem. In: FIORIN, J. (Org.). **Introdução à linguística**. V. I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. P.211-226.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 26.ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2006[1916].

SARMENTO, L. L. **Gramática em textos**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.